

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.9 PUBLI ADO NO D. O. U.
C
C
Rubrica

Processo:

10820.002406/97-79

Acórdão

203-07.082

Sessão

21 de fevereiro de 2001

Recurso

111.442

Recorrente:

NOVA YORK AUTO POSTO LTDA.

Recorrida:

DRJ em Ribeirão Preto - SP

NORMAS PROCESSUAIS – COISA JULGADA EM AÇÃO DECLARATÓRIA - Não faz coisa julgada em relação à Constituição Federal de 1988 decisão judicial fundamentada exclusivamente em preceito da Ordem Constitucional anterior, não repetido na Carta Magna Vigente. Recurso não conhecido nesta parte. PIS - TRD - De acordo com a IN SRF nº 32/97, somente se exclui a incidência da TRD no período de fevereiro a julho de 1991, sendo legítima sua utilização em período diverso. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: NOVA YORK AUTO POSTO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos; I) em não conhecer do recurso, quanto à matéria preclusa, por falta de prequestionamento; e II) no mérito, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 fevereiro de 2001

Otacílio Dantas Cartaxo

**Presidente** 

Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Antonio Augusto Borges Torres, Antonio Zomer (Suplente), Mauro Wasilewski, Maria Teresa Martínez López e Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente). Iao/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo :

10820.002406/97-79

Acórdão

203-07.082

Recurso

111.442

Recorrente:

NOVA YORK AUTO POSTO LTDA.

RELATÓRIO

Às fls. 85/96, Decisão Singular não conhecendo da Impugnação de fls. 28/34, relativamente à cobrança da Contribuição para o PIS, com fundamento nas Leis Complementares nos 07/70 e 17/73, acrescidas da legislação pertinente à matéria.

A atuada alega, em sua defesa, estar protegida por decisão judicial, ainda não reformada, proferida em Mandado de Segurança, relativamente à substituição tributária.

Menciona, ainda, que a fiscalização equivocou-se ao assegurar que a Contribuinte não teria se insurgido contra a exigibilidade do PIS, mas o momento do recolhimento.

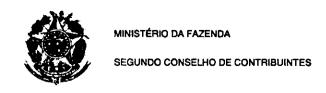
Afirma, ainda, haver obtido decisão judicial em Ação Declaratória favorável à exigibilidade do PIS, assim como contra a exigência da TRD no período de janeiro a dezembro de 1991.

Às fls. 85/96, o julgador de primeiro grau afirma que a decisão judicial, acima mencionada, não eximia a Recorrente da exigência do PIS no período em que se deu a autuação, em função da delimitação do objeto de tais litígios, que se limitava, tão-somente, a combater o regime de substituição tributária.

Quanto à TRD, afirma não estarem abrangidos os débitos relativos à autuação no período questionado pela Impugnante.

Inconformada, a Recorrente oferece Recurso Voluntário às fls. 146 a 166, nele afirmando ter o Fisco atribuído o efeito da repristinação de normas para efetivar a cobrança da exação em debate, além de alegar imunidade dos combustíveis prescrita no § 3º do artigo 155 da Carta Magna de 1988. Questiona, ainda, a legalidade da multa aplicada e a aplicação da TR.

É o relatório.



Processo

10820.002406/97-79

Acórdão

203-07.082

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Preliminarmente, deixo de apreciar a questão da legalidade da multa aplicada, por não haver a Recorrente prequestionado tal matéria, ocasionando um indevido alargamento do objeto de seu Recurso Voluntário.

Quanto à tutela jurisdicional adquirida pela Recorrente, possui tal decisão fundamentos vigentes anteriormente à nova Ordem Constitucional. Constato, pois, que não reflete direito adquirido para a fundamentação pós Carta Magna de 1988.

Entendo que, qualquer que seja a decisão judicial, nunca poderá ser contra a existência do PIS. O litígio no Judiciário, in casu, quanto à essa matéria, deveu-se exclusivamente à migração da retenção pela Distribuidora para o momento do fato gerador.

No que tange à repristinação alegada, constato não ocorrer tal fenômeno no caso ora em debate, tendo em vista o fato de que a Declaração da Inconstitucionalidade de ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal gera efeitos ex tunc, restaurando o status quo ante do ordenamento jurídico.

Com relação à imunidade prescrita no § 3º do art. 155 da Constituição Federal vigente, alterado pela Emenda Constitucional nº 03/93, o Egrégio Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento desfavorável à pretensão da Recorrente, ao qual me filio.

Referentemente à aplicação da TRD, a IN SRF nº 32/97 determinou sua exclusão somente no período de 04 de fevereiro a 29 de junho de 1991, espaço de tempo esse onde não está situada a ação fiscal. A aplicação da TRD fora deste período é admitida pela legislação de regência.

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso. Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2001

FRANCISCO MAURICIO REDE ALBUQUERQUE SILVA